



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 15 de junho de 2012

O GLOBO

Indústria quer incentivo para ser mais verde 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

Thomaz Nogueira fala sobre primeiros seis meses à frente da Suframa 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

ESTADAO.COM

Dilma negocia fim da 'guerra fiscal' 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL D24AM

Faturamento do Polo Industrial de Manaus teve avanço tímido, segundo pesquisa 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

V

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA
	TÍTULO Indústria quer incentivo para ser mais verde	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Henrique Gomes Batista

Ao mesmo tempo em que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) quer construir, na Rio+20, a imagem de que a indústria brasileira é uma das mais verdes do mundo, iniciou uma luta por incentivos fiscais para ampliar a produção de produtos de forma sustentável. O presidente da entidade, Robson Andrade, afirmou que ainda não há um projeto finalizado, mas que vai levar o assunto para ser debatido no governo:

— Estamos colocando essa proposta: que os governos estudem uma redução de impostos para quem realmente investe em responsabilidade ambiental. É uma forma de se reconhecer o trabalho de setores **importantes** — disse, durante o evento "Encontro da Indústria para a Sustentabilidade", que ocorreu ontem em um hotel no Rio.

Andrade disse que, como há muitos impostos, a redução pode ser "em qualquer imposto". Ele lembrou que já há muitos incentivos no **Brasil** para produzir, como por exemplo na **Zona Franca** de **Manaus**. O que falta, porém, são estímulos a mais para empresas que já tenham consciência ambiental. Para Andrade, a indústria no **Brasil** é ambientalmente responsável, até mesmo por questão de sobrevivência. A cobrança deveria ser direcionada a outros setores:

— A indústria está fazendo seu papel. As críticas deveriam ser dirigidas aos que poluem hoje: a população, a sociedade, o governo. Os governos são os grandes responsáveis pela poluição. As indústrias são ambientalmente responsáveis por dois motivos: pela legislação e pelo consumidor, que quer produtos sustentáveis. Para a indústria, a questão ambiental não é apenas uma questão de responsabilidade ambiental, é uma questão de sobrevivência.

Documento aponta avanços em 16 setores

A CNI mapeou 16 ações de diversos segmentos para provar que as fábricas brasileiras fizeram o dever de casa nos últimos 20 anos. O documento completo foi apresentado ontem e indica que as empresas investiram na inclusão de equipamentos e produtos menos poluentes e mais eficientes no consumo de energia. Alguns setores alcançaram patamares altos de reciclagem e são muitos os relatos de soluções para o aproveitamento de resíduos industriais.

O texto indica, por exemplo, que o setor sucroalcooleiro é autossuficiente em energia, por fazer geração a partir do bagaço da cana. Outro destaque é no setor de elétrica e eletrônica, que aboliu definitivamente em 2010 o CFC, gás que causa buracos na camada de ozônio. O mesmo ocorre no setor de máquinas e equipamentos, que busca a eficiência energética.

Os dados do setor foram confirmados por ambientalistas. No entanto, eles ponderam que ainda há muito a ser feito.

— Realmente a indústria brasileira fez avanços incríveis, chegou a se antecipar aos países ricos na eliminação do CFC, mas ainda há muitas coisas a serem feitas, como o inventário de carbono. Poucas indústrias e setores sabem efetivamente o tamanho de suas emissões de gases do efeito estufa — afirmou Bazileu Alves Margarido, do Instituto Democrático Sustentável (IDS).

Mário Mantovani, do SOS Mata Atlântica, disse que a indústria brasileira ainda tem uma imagem de poluidora que vem da década de 1970, quando o Brasil, na Conferência de Estocolmo, adotou o discurso que preferia a poluição à pobreza. Um exemplo dessa época é o caso da cidade de Cubatão (SP). Ele lembra que uma legislação mais rígida, controles sociais e, principalmente, o medo de danos à imagem causaram esta alteração:

— Hoje não se vê notícias de indústrias despejando lixo na natureza, coisa que 80% dos municípios brasileiros ainda fazem — disse.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA
	TÍTULO Thomaz Nogueira fala sobre primeiros seis meses à frente da <u>Suframa</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Superintendente destaca desafios para manter competitividade do Polo Industrial de Manaus.

MANAUS – Com a prorrogação da Zona Franca de Manaus até 2073, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) busca alternativas para manter a competitividade do Pólo Industrial de Manaus (PIM). Há menos de seis meses a frente da autarquia, o **Superintendente Thomaz Nogueira** faz um balanço das ações desenvolvidas. Para ele, foi necessário eleger prioridades na administração da Suframa diante do cenário encontrado.

Nogueira explicou ainda que a aplicação de Processos Produtivos Básicos (PPBs) é fundamental para o desenvolvimento do parque industrial de Manaus. “Durante todo o ano de 2011, tivemos a aplicação de 30 PPBs. Isso representa um baixo volume de produção. Só nos primeiros 40 dias da minha gestão frente a Suframa, conseguimos liberar mais 30 PPBs”, explicou.

O PPB foi definido por meio da Lei n.º 8.387, sendo considerado o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto. O PPB é feito para um produto específico e não para as empresas. São etapas necessárias que as empresas devem cumprir para fabricar determinado produto e receber incentivos fiscais.

De acordo com o **Superintendente** da Suframa, as propostas são enviadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que tem até 120 para dar um parecer positivo ou negativo sobre os projetos. Para isso, é necessário que sejam propostas embasadas e consistentes.

“Vamos fazer um resgate dos PPBs de 2009, 2010 e 2011 que deixaram de ser aplicados. Est já tem sido um ponto satisfatório de nossa atuação frente a Suframa”, concluiu.

Concurso Público

Nogueira explica que hoje muitos servidores da Suframa são terceirizados. Para que haja uma atuação mais efetiva da Suframa no mercado industrial e comercial brasileiro, ainda este ano a instituição lançará um edital de concurso público para a contratação de pessoal. “Já temos isso sinalizado e até o final de 2012 o concurso público para

a construção dos quadros de funcionários da Suframa será realizado”, disse Nogueira.

Distrito Agropecuário

A Suframa passa por uma fase de estruturação e mapeamento para a efetivação do Distrito Agropecuário de Manaus. Este é um dos seguimentos que a Suframa deveria atender desde sua criação e que agora terá a atenção necessária. Segundo Nogueira, este é um trabalho possível de ser realizado e que já começou a ser desenvolvido.

O reconhecimento

Thomaz Nogueira entende que Suframa é o resultado de um trabalho de diversas gerações. “Não quero o mérito todo para mim. Cada um que passou pela Suframa deixou seu tijolinho na construção. Conseguimos nos desenvolver tecnologicamente sem que isso causasse danos maiores ao meio ambiente”, argumentou.

O Polo Industrial de Manaus gera em torno de 120 mil empregos. Somados a estes estão mais 200 mil empregos do setor de comércio em Manaus.

PEC da Música

A Pec da Música, para Nogueira, é resultado da evolução tecnológica, embora por outro lado esteja apirataria. “A PEC da música não se presta ao que foi proposta. O custo da produção de um CD não passa de dois ou três reais. Então o problema não está somente aí, embora a questão da pirataria seja um grande problema. O problema maior está no modelo atual, na questão do direito autoral e nas grandes gravadoras”, enumerou.

Para o **Superintendente** da Zona Franca de Manaus, o que tem sido levado as discussões é um debate sentimental e não técnico. “Isso não resolverá o problema dos músicos e trará um problema para Manaus, com a redução no número de empregos no setor. A PEC da música é inconstitucional”, concluiu.

	VEÍCULO ESTADAO.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma negocia fim da 'guerra fiscal'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente quer aproveitar encontro hoje com os governadores para tentar avançar com a reforma tributária modificando o ICMS LU AIKO OTTA / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff deverá aproveitar a reunião de hoje com os 27 governadores para tentar avançar com a reforma tributária, modificando o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para acabar com a chamada "guerra fiscal". Ela também anunciará uma linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em valor superior a R\$ 10 bilhões, para projetos de infraestrutura dos governadores.

A ideia é agregar os Estados no "choque de investimentos" com o qual ela pretende atenuar os efeitos da crise internacional sobre o crescimento do Brasil. Não se espera grande impacto no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Mas, como admitiu esta semana o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, a crise deverá prolongar-se por mais dois anos.

A área técnica preparava ontem a proposta de reduzir o ICMS nas transações interestaduais (em que o bem é produzido em um Estado e consumido em outro) para 4%. Hoje, essa alíquota é de 12% ou 7%, dependendo do Estado. A queda dessa alíquota tornaria inócuos os programas de incentivo fiscal estaduais criados para atrair empresas, que formam a chamada "guerra fiscal". O principal fator de atração é o desconto na alíquota interestadual do ICMS. Se ela cai, o benefício se torna menos interessante.

A mudança também avança em um ponto comum de todas as reformas do ICMS que fracassaram nos últimos 20 anos: ela concentra a tributação do ICMS no Estado de destino, e não no de origem como é hoje. Essa alteração torna o tributo brasileiro mais parecido com os impostos de valor agregado cobrados na Europa e nos Estados Unidos.

Fundo. Para que os governadores aceitem a mudança, o Planalto vai se comprometer com a criação de um fundo de compensação de perdas de arrecadação. Essa promessa já havia sido feita pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, aos secretários estaduais. A ideia é

reafirmá-la hoje. É possível também que a proposta contemple um período de transição entre modelos.

O governo já havia dado o primeiro passo para a reforma do ICMS em abril deste ano, quando conseguiu aprovar no Senado o Projeto de Resolução 72. Ele reduziu para 4% a alíquota interestadual do ICMS para produtos importados, pondo fim à chamada "guerra dos portos".

Na reunião de hoje, Dilma pedirá o engajamento dos governadores no esforço anticíclico. A linha do BNDES que ela deve anunciar repete uma fórmula adotada na crise de 2009, quando foi criado o Programa Emergencial de Financiamento (PEF). Além disso, o Tesouro Nacional estuda a possibilidade de ampliar a autorização para que os governadores contraiam novas dívidas, ampliando a margem para os investimentos.

Cobranças. Nenhum governador vai reclamar por ter acesso a mais dinheiro - muito pelo contrário. Mas Dilma dificilmente escapará de ouvir críticas e cobranças. "Eu conversei com alguns outros secretários e estamos preocupados", disse o secretário de Fazenda do Maranhão, Cláudio Trinchão, que é coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). "Estamos perdendo uma receita limpa, certa, e recebendo em troca a possibilidade de fazer mais dívidas, num momento em que estamos sufocados."

O secretário reclama do fato de que o governo, ao reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis e outros bens de consumo, ajuda a indústria, mas por outro lado reduz os repasses de verbas aos Estados por meio do Fundo de Participação. Para compensá-los por essa perda, o Governo Federal oferece um empréstimo.

O Planalto dá como certo que Dilma ouvirá dos governadores pedidos para aliviar o pagamento da dívida que têm com o Tesouro Nacional. Ela é corrigida conforme a variação da inflação medida pelo IGP-DI, mais uma taxa real de 6% a 9%. É uma taxa considerada extorsiva, principalmente se for levado em conta que os juros básicos do País (Selic) estão em 8,5% ao ano, sem correção pela inflação.

Desembolsos. O BNDES desembolsou R\$ 34,2 bilhões entre janeiro e abril deste ano, com crescimento de 1% na

comparação com o mesmo período de 2011. As consultas, no total de R\$ 73,8 bilhões, cresceram 37% no primeiro quadrimestre do ano, indicando, segundo nota distribuída pelo

BNDES, a disposição de novos investimentos do setor empresarial brasileiro. / COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

	VEÍCULO PORTAL D24AM	EDITORIA	
	TÍTULO Faturamento do Polo Industrial de <u>Manaus</u> teve avanço tímido, segundo pesquisa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Indicadores de desempenho da Suframa revelam que setor teve alta de 2% no 1º quadrimestre de 2012

Manaus - O desempenho do Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) foi afetado em especial pelos resultados nas vendas de motocicletas e ar-condicionado split, segundo dados de abril, divulgados na quinta-feira (14) pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**).

A **produção** de motocicletas apontou queda de 7,72% com 660,2 mil unidades produzidas de janeiro a abril, contra 715,4 mil motos do primeiro quadrimestre do ano passado.

O faturamento do **Polo de Duas Rodas** registrou uma queda de 5,52% com US\$ 2,72 bilhões enquanto que o resultado de janeiro a abril do ano passado foi de US\$ 2,88 bilhões.

Já o outro segmento do setor de Duas Rodas, o de bicicletas segue trajetória positiva no período, com crescimento de 32,23%. De janeiro a abril, foram produzidas 281 mil unidades. No mesmo período do ano passado, o total produzido foi de 213 mil.

No caso do ar-condicionado split, a queda da **produção** foi de 56,54% (336,4 mil aparelhos no acumulado de 2012, resultado inferior ao mesmo período de 2011 quando foram produzidos 774 mil condicionadores).

Em termos de faturamento geral, o **PIM** totalizou R\$ 21,4 bilhões de janeiro a abril, contra R\$ 20,9 bilhões no igual período de 2011, uma alta de 2,17%. Na conversão para o **dólar**, o valor somado é de US\$ 11,9 bilhões, em 2012 e US\$ 12,7 bilhões, no quadrimestre de 2011, uma queda de 6,04%.

Há que considerar que o **dólar** não valia tanto em 2011 quanto está valendo agora. Com isso o resultado é positivo para o **PIM**, apesar de questões pontuais que são as vendas de motocicletas e arcondicionadores de ar. Mas o **Governo Federal** tem tomado medidas que resguardam as vantagens competitivas da **Zona Franca** de **Manaus**, defendeu o **Superintendente, Thomaz Nogueira**.

Tiveram destaque na **produção** de janeiro a abril, os itens: receptor de sinal de TV (alta de 14,53%), telejogo (crescimento de 215,60%), telefone celular (alta de 17,13%), televisor com tela de LCD (expansão de 37,68%) e televisor com tela de plasma (33,14%).